

RECURSO ESPECIAL Nº 1.742.534 - PR (2018/0120168-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ROSELINO MARCOS PAES DE ALMEIDA
ADVOGADOS : RODRIGO KUBASKI - PR057852
SORAIA DUARTE CHEQUER ZARDO E OUTRO(S) - PR009913
RECORRIDO : PEGASUSTUR TRANSPORTE LTDA
ADVOGADOS : GERALDO MANJINSKI JÚNIOR - PR024932
EVERSON MANJINSKI E OUTRO(S) - PR031348
RECORRIDO : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADOS : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI - PR025814
FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826

DECISÃO

Cuida-se de um recurso especial, interposto por ROSELINO MARCOS PAES DE ALMEIDA, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito reformar acórdão (fls. 551/581, e-STJ) proferido pelo TRIBUNA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. "AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS". ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM 18.12.03. DEMANDA AJUIZADA EM 29.04.11. PRAZO PRESCRICIONAL DE TRÊS ANOS PARA AFORAR DEMANDA DE REPARAÇÃO CIVIL, A CONTAR DA DATA DO EVENTO DANOSO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 206, § 3.º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA. INAPLICABILIDADE IN CASU DA SÚMULA 278 DO . SENTENÇA REFORMADA, PARA JULGAR EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (ARTS. 269, IV, CPC/73 E 487, II, CPC/15). REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO DA PARTE REQUERIDA CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA PARTE AUTORA PREJUDICADO.

Opostos embargos de declaração, esse foram rejeitados (fls. 601/610, e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 562/612, e-STJ), a parte insurgente alegou, além de dissídio jurisprudencial, violação aos seguintes dispositivos de lei federal: i) artigos 189, 206, § 3º, inciso V, 949 e 950, do CC, sustentando que o termo inicial do prazo prescricional se dá na data da aposentadoria por invalidez, uma vez que "o Recorrente somente teve ciência inequívoca da sua invalidez - decorrente do acidente sofrido - quando da sua aposentadoria"; ii) artigo 1.022, inciso II, parágrafo único, 489, §1º, inciso IV, do CPC/2015, defendendo que houve negativa de prestação jurisdicional.

Contrarrazões (fls. 662/665 e 677/675, e-STJ).

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fls. 677/678, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, a insurgente apontou vulneração aos artigos 1.022, inciso II,

parágrafo único, 489, §1, inciso IV, do CPC, suscitando que o Tribunal de origem foi omissos em analisar: a) o real conteúdo da Súmula 278 do STJ; b) as questões fáticas relevantes; c) o prazo prescricional da pretensão civil à luz do art. 950 do CC.

Com efeito, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

Pelo que se depreende da leitura do acórdão, restou demonstrado a prescrição da pretensão indenizatória do recorrente, haja visto que o termo inicial do prazo prescricional seria o momento da violação do direito, e não o dia da aposentadoria por invalidez, consoante se depreende do seguinte trecho retirado do acórdão recorrido (fls. 576/579, e-STJ):

O que se extrai do caso sub examine, é que o autor sofreu um acidente automobilístico em 18.12.03, ocasião em que sofreu traumatismo crânio-encefálico com fratura e afundamento de crânio em região temporal, o que levou posteriormente à sua aposentadoria por invalidez, em 23.02.10 (fl. 67).

[...]

Pode-se inferir do exposto texto da Lei, que a pretensão à reparação civil começa a contar da violação ao direito. Sendo assim, para o caso dos autos, a prescrição passou a fluir no momento da ocorrência do acidente, ou seja, em 18.12.03.

[...]

Logo, de acordo com a regra prevista no artigo 206, § 3.º, inciso V do Código Civil, hipótese que se enquadra nas indenizações aforadas para reparar danos decorrentes de acidente de trânsito, a pretensão autoral está, de fato, prescrita, vez que a medida foi ajuizada em 29.04.11 (fl. 02), isto é, quando já transcorrido, e muito, o prazo prescricional trienal de que dispunha o autor, a partir da data do evento danoso, em 18.12.03.

Assim, não há se falar em violação aos suscitados trechos normativos na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À ARREMATACÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. (AgInt no AREsp 1138762 / RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO.

NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. (AgInt no AREsp 1268364 / SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019)

2. No tocante as alegadas violações aos artigos 189, 206, §3º, inciso V, 949 e 950, do CC, o agravante defende que o termo inicial do prazo prescricional se dá na data da aposentadoria por invalidez, uma vez que *"o Recorrente somente teve ciência inequívoca da sua invalidez - decorrente do acidente sofrido - quando da sua aposentadoria"*.

Segundo os autos, a Corte de origem reformou a sentença que, em sede de ação condenatória movida pelo ora insurgente em face da recorrida, empresa do ramo de transportes, julgou procedente o pedido de indenização por danos materiais e morais formulado na petição inicial. Julgou procedente, também o pleito da lide secundária, condenando a seguradora a ressarcir a empresa de transportes.

Da leitura do arresto recorrido, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu que o termo inicial da prescrição se deu no momento em que houve o acidente de trânsito, e não no dia da aposentadoria por invalidez, pois a incidência da Súmula 278 do STJ é restrita ao pedido de indenização formulado com amparo no seguro DPVAT, pronunciando-se nos seguintes termos (fls. 575/577, e-STJ):

Em que pese haver o acidente ocorrido em 18.12.03, ocasião em que o autor sofreu o traumatismo crânio-encefálico com fratura e afundamento de crânio em região temporal, a douta Juíza singular aplicou na espécie a Súmula 278 do e. Superior Tribunal de Justiça, para afastar a aventada prejudicial de mérito da prescrição, ao argumento de que o autor teve ciência de sua incapacidade em 06.1.10, após submissão à cirurgia de cranioplastia, após a qual efetivamente aposentado por invalidez integral.

Assim, tomando por base o marco de 06.1.10, e a data da propositura da demanda, em 29.4.11, entendeu a ilustre Julgadora que não teria se materializado a prescrição, porquanto transcorrido prazo inferior a três anos, levando em consideração a regra contida no artigo 206, § 3.º, inciso V do Código Civil (fls. 307-v./308).

Não obstante, sem menoscabo ao r. entendimento aplicado pela douta Magistrada singular, consigne-se que o teor da Súmula 278 do e. Superior Tribunal de Justiça, não é aplicável à espécie, pois tal verbete diz respeito ao termo prescricional a quo para se aforarem demandas relacionadas a seguros, apontando a que o prazo do SEGURADO começará a correr a partir da data em que tiver ciência inequívoca da invalidez, não se amoldando, destarte, à hipótese versada neste caderno.

[...]

O que se extrai do caso sub examine, é que o autor sofreu um acidente automobilístico em 18.12.03, ocasião em que sofreu traumatismo crânio-encefálico com fratura e afundamento de crânio em região temporal, o que

levou posteriormente à sua aposentadoria por invalidez, em 23.02.10 (fl. 67).

[...]

Com efeito, não há que se cogitar que o dano se protraia no tempo, como se a cada dia ocorresse um novo dano, mas sim que, do dano (acidente automobilístico no qual se envolveram as partes), houve uma consequência. Não há dano protraído, encontrando-se, portanto, prescrita a pretensão do autor. Convém dizer que, o simples fato de as consequências do dano prolongarem-se no tempo, não torna o dever de indenizar uma obrigação de trato sucessivo ou contínuo, situação que, se estivesse presente, geraria uma continua renovação do termo inicial do prazo da prescrição, de sorte que a confirmação da tese adotada pela ilustre Magistrada a quo levaria imprescritibilidade da pretensão, violando frontalmente o artigo 189 do Código Civil, já que não pende qualquer condição suspensiva, da exegese dos termos do artigo 199 do Código Civil.

Segundo a consolidada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a Súmula 278 do STJ somente diz respeito ao termo prescricional *a quo* para se aforarem demandas relacionadas a seguro, logo o termo inicial do prazo prescricional seria a data do acidente de trânsito, e não o dia da aposentadoria por invalidez.

Nessa linha:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. DATA DO ACIDENTE. INCIDÊNCIA DO ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. A pretensão indenizatória (reparação civil) decorrente de acidente de trânsito prescreve em 3 (três) anos, nos termos do artigo 206, § 3º, V, do Código Civil. Precedentes. 2. **A Súmula 278 do STJ não se aplica ao presente caso porque não se trata de cobrança de seguro por invalidez, mas sim de indenização por ato ilícito.** 3. **Agravo interno não provido.**

(AgInt no REsp 1526711 / MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 29/09/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RÉ. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. ALEGAÇÃO. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. PRESCRIÇÃO. PRAZO. PRETENSÃO. QUINQUENAL. PRECEDENTE. TRIENAL. NÃO PROVIDO.

1. Negando o Tribunal de origem que a recorrente é prestadora de serviço público, inviável acolher a tese dos recorrentes em sentido contrário, haja vista as disposições do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. **A pretensão indenizatória (reparação civil) decorrente de acidente de trânsito prescreve em 3 (três) anos, nos termos do artigo 206, § 3º, V, do Código Civil.**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 873.510/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 08/09/2016) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.

RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, §3º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL. ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL. 1. Não subsiste a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade. 2. O termo inicial dos prazos prescricionais sujeitos à regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002 devem corresponder à data da entrada em vigor desse diploma (11/1/2003). Precedente. 3. No caso, em janeiro de 2003, quando da entrada em vigor do novo Código Civil, ainda não havia transcorrido, a contar da data do fato supostamente ensejador do direito à reparação civil perseguido pelo autor da demanda, mais da metade do prazo vintenário de que tratava o art. 177 da revogada Lei nº 3.071/1916. 4. O prazo prescricional aplicável à espécie é o trienal (art. 206, §3º, V, do CC/2002) com cômputo a contar da entrada em vigor do novel diploma. Assim, prescrita a pretensão autoral veiculada por ação proposta apenas em dezembro de 2006. 5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1349307 / RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 26/09/2016)

Dessa forma, constata-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência dessa Casa, o que atrai a incidência da Súmula 83 do STJ.

3. Do exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem em desfavor do ora recorrente, observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator